



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CNPJ: 17.349.848/0001-23
PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO.

Divisão de Licitações e Contratos Administrativos

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 007/2017 - SEMGA.

Assunto: Averiguação da regularidade das fases do pregão realizado.

I - RELATÓRIO

Parecer jurídico referente ao Processo Licitatório para aquisição de material de construção para atender as atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria Municipal de Agricultura, promovido pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, com vistas de ser analisado as fases do processo e verificar-se sua adequação a legislação vigente. Dessa forma, proporcionando uma transparência mais eficaz e esclarecendo a todos os interessados a regularidade desta modalidade de licitação. Estando a solicitação da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos embasada no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na busca de averiguar-se a adequação do Pregão Presencial nº 007/2017-SEMGA, com o objeto de contratação de empresas para aquisição de material de construção para atender as atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria Municipal de Agricultura. De início, conforme as diretrizes do art. 3º e incisos da Lei 10.520/2002, deve ser analisada a fase preparatória do pregão, em que o gestor tem de apresentar alegações condicentes e precisas referente aquilo a ser licitado.

Os autos encontram-se carreados com a justificativa da utilização do pregão, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Gestão Administrativa, contendo a definição clara e precisa do objeto a ser contratado e, ainda, a dotação orçamentária pertinente

mfachado



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CNPJ: 17.349.848/0001-23
PROCURADORIA GERAL

aos valores a serem pagos ao contratado vencedor da licitação. Ademais, foi escolhida a comissão de efetuação dos pregões a serem realizados pela Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos. Estes realizaram pesquisa de campo com escopo de verificar os preços do mercado e, posteriormente, foi criada uma média dos valores. Portanto, nesse ponto está em consonância com a lei de pregão.

Após, há a etapa externas do processo. O dispositivo da referida lei é o art. 4º e seus incisos. Os membros da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos obedeceu a todas as etapas: convocação dos candidatos foi efetuada pelo Diário Oficial do Estado do Pará, esta constando o objeto, local, dia e horário em que podia a leitura do edital; o prazo para apresentação da proposta foi de dezenove dias.

No dia do Pregão, compareceram duas empresas ao certame, cujos representantes apresentaram, respectivamente, todo o rol de documentos necessários para o credenciamento: credenciamento e documento de identificação com foto oficial, declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, comprovante de inscrição e situação cadastral da receita federal e contrato social da empresa.

Nesse iter a abertura do 1º envelope (proposta de preços), a equipe responsável possuiu um cuidado, pois as empresas candidatas trouxeram a carta de apresentação da proposta, declaração de qualidade dos produtos ofertados, declaração independente da proposta, declaração do prazo da validade da proposta, valor global estimado para os serviços e termo de encerramento, em consonância com as cláusulas do edital. Também foi disponibilizada a divisão competente as certidões necessárias com escopo de ter-se a nítida liquidez da empresa, não se encontra em débito com os fiscos federal, estadual e municipal e inexistente qualquer processo de falência ou recuperação judicial em andamento. Esses documentos atinentes a habilitação. Desta forma, tudo ocorreu em detrimento da lei do pregão e da lei geral de licitações e contratos administrativos.

Por último, os lances dos itens foram efetuados na regra de oferta de até 10% (dez por cento) acima do menor preço, sendo aqueles obtidos com valores abaixo e estando na média elaborada pela Divisão de Licitações e Contratos Administrativos. Não se verificou

Handwritten signature and initials
 nfachado



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE MOJUÍ DOS CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CNPJ: 17.349.848/0001-23
PROCURADORIA GERAL



qualquer irregularidade que obstassem o prosseguimento do feito. Desde já, ocorrendo a adjudicação dos bens disponibilizados para o leilão.

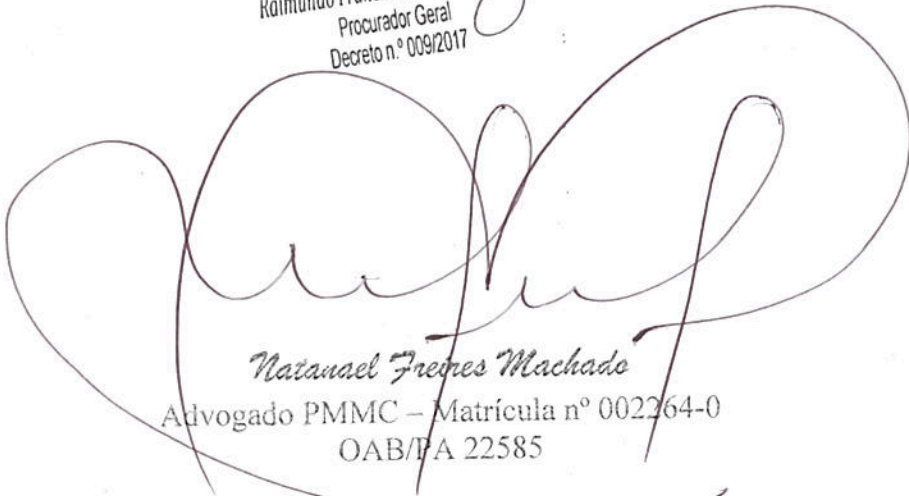
III – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, os membros desta Procuradoria não verificaram qualquer irregularidade grave o suficiente para impedir a homologação e assinatura do contrato com a empresa participante do Pregão nº 007/2017-SEMG. Foi observado o cuidado que a equipe da Divisão de Licitações e Contratos Administrativos tem com o processo licitatório, obedecendo às diretrizes normativas das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, respectivamente, licitações e contratos administrativos e pregão. Compulsado os autos, conclui-se, pela devida regularidade e nenhum empecilho para o prosseguimento da licitação.

É o nosso parecer, smj.

Mojuí dos Campos - PA, 22 de Março 2017.


Raimundo Francisco de Lima Moura
Procurador Geral
Decreto n.º 009/2017


Natanael Feres Machado
Advogado PMMC – Matrícula nº 002264-0
OAB/PA 22585